



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

PROJETO BÁSICO / TERMO DE REFERÊNCIA

Contratação de serviço de suporte técnico para o software Data Protector



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Sumário

1	Objeto da Contratação	3
2	Fundamentação da Contratação	3
2.1	Motivação.....	3
2.2	Objetivos, Resultados Esperados e Benefícios	3
2.3	Alinhamento Estratégico.....	3
2.4	Estudos Preliminares do Objeto	3
2.5	Demanda prevista x Quantidade a ser contratada	4
2.6	Objetos Disponíveis	4
2.7	Caracterização e Composição do Objeto	4
2.8	Parcelamento e Adjudicação	4
2.9	Seleção do Fornecedor	4
2.10	Modalidade e Tipo de Licitação	5
2.11	Impacto Ambiental.....	5
2.12	Obrigações da Contratante.....	5
2.13	Obrigações da Contratada	5
2.14	Custo estimado da contratação.....	6
3	Especificação Técnica Detalhada	6
3.1	Requisitos Técnicos.....	6
Anexo I	– Plano de Fiscalização.....	8
1.	Execução e Gestão do Contrato	8
1.1.	Dinâmica de Execução, Etapas e Cronograma	8
1.2.	Instrumentos Formais.....	8
1.3.	Acompanhamento do Contrato	8
1.4.	Recebimento Provisório e Definitivo	8
1.5.	Pagamento	9
1.6.	Descumprimento Contratual	9
1.7.	Penalidades	10



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

1 Objeto da Contratação

Contratação de suporte técnico para o software *Data Protector*.

2 Fundamentação da Contratação

2.1 Motivação

O software *Data Protector* é a solução atualmente utilizada para gerenciamento de backup dos dados corporativos do TRE-SC, abrangendo a salvaguarda de todos os serviços de TI em produção deste Tribunal.

A ferramenta possibilita, dentre outras funcionalidades, a utilização de bibliotecas de mídias virtuais, o que agiliza o procedimento de backup de dados, mantendo os sistemas corporativos disponíveis pelo maior intervalo de tempo possível, otimizando a janela para a realização de backups e sua exportação para ambiente externo (cópia para fitas LTO sem necessidade de os sistemas estarem off-line).

Tendo em vista o término da vigência do atual contrato de suporte técnico TRESC n. 113/2016, faz-se necessária a contratação de empresa para a prestação de serviço de suporte técnico ao sistema *Data Protector*.

2.2 Objetivos, Resultados Esperados e Benefícios

- Aprimoramento da disponibilidade e da segurança da infraestrutura de TIC do TRE-SC, permitindo aos usuários o cumprimento das suas atribuições funcionais para o alcance dos objetivos estratégicos da instituição;
- Otimização das rotinas de backup de dados do Tribunal, através da utilização adequada e segura do software;

2.3 Alinhamento Estratégico

Alinhamento Estratégico	Objetivos, Ações e Iniciativas
PEJE	• Aperfeiçoamento da governança de Tecnologia da Informação
PETI	• Aperfeiçoamento da infraestrutura de TIC
PDTI	• Aumentar a disponibilidade dos serviços essenciais • Manter parque tecnológico atualizado

2.4 Estudos Preliminares do Objeto



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Este documento foi elaborado considerando o Documento de Oficialização da Demanda (DOD) encaminhado pela Coordenadoria de Suporte e Infraestrutura Tecnológica da Secretaria de Tecnologia da Informação do TRE/SC, bem como os Estudos Preliminares constantes do Processo Administrativo Eletrônico n. 38.437/2019.

2.5 Demanda prevista x Quantidade a ser contratada

Contratação de serviço de suporte técnico para o software *Data Protector*, considerando os seguintes itens de software:

Id.	Item de software	Demanda Prevista	Quantidade a ser contratada
1	B6961CAE - HP Data Protector Starter Pack for Linux E-LTU	1 (um)	1 (um)
2	B6963AAE - HP Data Protector Drive ext WIN/Netware/Linux E-LTU	1 (um)	1 (um)
3	B6965BAE - HP Data Protector On-line Backup for Windows E-LTU	2 (dois)	2 (dois)

2.6 Objetos Disponíveis

Conforme levantamento realizado nos Estudos Preliminares.

2.7 Caracterização e Composição do Objeto

Id.	Característica
1	Contratação do serviço de suporte técnico para o software <i>Data Protector</i> , diretamente com o fabricante, via <i>chat</i> e telefone, regime 24x7, em Português.

2.8 Parcelamento e Adjudicação

O parcelamento do objeto é tecnicamente inviável, considerando que todos os itens de software devem interagir entre si, como uma solução única. Adjudicação global.

2.9 Seleção do Fornecedor

Será selecionado o licitante que, por meio de processo licitatório, atender aos requisitos previstos em lei (habilitação jurídica, qualificação técnica, regularidade



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

fiscal e qualificação econômico-financeira) e às demais exigências editalícias, bem como oferecer a proposta mais vantajosa à Administração.

2.9.1 Critérios de Habilitação

Para habilitarem-se à licitação, os licitantes deverão apresentar todos os documentos exigidos no Edital.

2.9.2 Critérios de Preferência e de Desempate

Os critérios de preferência e de desempate serão informados no Edital.

2.10 Modalidade e Tipo de Licitação

O objeto pretendido é oferecido por diversos fornecedores no mercado de TIC e apresenta características padronizadas e usuais. Assim, pode-se concluir que o bem é comum, justificando, portanto, a utilização da modalidade “Pregão”, sendo, preferencialmente, em sua forma eletrônica e do tipo “Menor Preço”.

2.11 Impacto Ambiental

Não há impacto ambiental gerado por esta contratação, não sendo necessárias adequações na infraestrutura tecnológica e elétrica, logística de implantação, espaço físico ou mobiliário.

2.12 Obrigações da Contratante

- 2.12.1** Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições, no preço e no prazo estabelecidos no Edital;
- 2.12.2** Promover, através de seu representante, o servidor titular da Seção de Administração de Redes e de Servidores do TRE-SC, ou seu substituto, ou seu superior imediato, a fiscalização do cumprimento do objeto e das demais cláusulas do Contrato, em conformidade com o art. 67 da Lei n. 8.666/1993;

2.13 Obrigações da Contratada

- 2.13.1** Fornecer o objeto no prazo e demais condições estipuladas na proposta;
- 2.13.2** Iniciar a prestação dos serviços no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a partir do recebimento do Contrato devidamente assinado;
- 2.13.3** Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto contratado, sem prévia anuência do TRE-SC;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

2.13.4 Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

2.14 Custo estimado da contratação

Conforme planilha elaborada pela CCM.

3 Especificação Técnica Detalhada

3.1 Requisitos Técnicos

ITEM 1 – Contratação de serviço de suporte técnico para o software *Data Protector*, conforme as seguintes especificações técnicas mínimas:

Id.	Requisito Técnico
1	Suporte técnico para o software <i>Data Protector</i> , diretamente com o fabricante, via <i>chat</i> e telefone, em Português.
2	Fornecimento de acesso ao conteúdo do repositório do fabricante;
3	Devem ser considerados os seguintes itens de software, em uso no TRE/SC: a. B6961CAE - <i>HP Data Protector Starter Pack for Linux E-LTU</i> (1 licença); b. B6963AAE - <i>HP Data Protector Drive ext WIN/Netware/Linux E-LTU</i> (1 licença); c. B6965BAE - <i>HP Data Protector On-line Backup for Windows E-LTU</i> (2 licenças);
4	Nível de suporte padrão 24x7 (vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana);
5	Atendimento inicial em até 2 (duas) horas após a abertura do chamado, através de contato técnico capacitado;
6	O serviço de suporte técnico deverá ser registrado em nome do TRE/SC junto ao fabricante do software;
7	Sem limites quanto ao número de chamados abertos.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

3.1.1 Códigos SIASG

BR0150191/0098.

3.1.2 Vigência

O presente Contrato terá vigência a partir da data da sua assinatura até o dia 31/10/2023, podendo, no interesse da Administração, ser prorrogado por meio de Termos Aditivos, até o limite legal, nos termos do art. 57 da Lei n. 8.666/1993.

Florianópolis, em 27 de fevereiro de 2020.

Marcelo Macedo Lopes
Integrante Demandante

Rosangela Klumb
Integrante Técnico

Geraldo Luiz Savi Júnior
Integrante Administrativo



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Anexo I – Plano de Fiscalização

1. Execução e Gestão do Contrato

Caberá ao titular da chefia da Seção de Administração de Redes e de Servidores, ou seu substituto, a função de Gestor do Contrato.

1.1. Dinâmica de Execução, Etapas e Cronograma

A Contratada deverá iniciar a prestação dos serviços no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a partir do recebimento do Contrato devidamente assinado, prestando os serviços até 31/10/2023.

1.2. Instrumentos Formais

Será firmado contrato com o licitante vencedor que terá suas cláusulas e condições reguladas pelas Leis n. 10.520/2002 e 8.666/1993, pelo Decreto n. 10.024/2019 e pela Resolução TSE n. 23.234/2010.

1.3. Acompanhamento do Contrato

O acompanhamento e a fiscalização da execução deste Contrato consistem na verificação, pela Contratante, da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, e serão exercidos por meio do Gestor do Contrato, qual seja, o servidor titular da função de Chefe da Seção de Administração de Redes e de Servidores, ou seu substituto, ou seu superior imediato, em conformidade com o art. 67 da Lei n. 8.666/1993.

O Gestor do Contrato promoverá o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais.

Serão impugnados pela Gestão do Contrato todos os serviços que não satisfizerem as exigências contratuais e normativas, ficando a Contratada obrigada a refazê-los, correndo por sua exclusiva conta as despesas correspondentes, sem prejuízo de outras penalidades aplicáveis.

1.4. Recebimento Provisório e Definitivo

- a) O recebimento provisório ocorrerá no 1º dia útil subsequente ao término do mês a que se refere a prestação dos serviços;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- b) O recebimento definitivo dar-se-á em até 10 (dez) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa.

1.5. Pagamento

O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de 30 (trinta) dias, a contar da entrega do objeto contratado, condicionado à apresentação da nota fiscal/fatura.

1.6. Descumprimento Contratual

- 1.6.1. Se o licitante vencedor descumprir as condições estipuladas no edital ficará sujeito às penalidades estabelecidas nas Leis n. 10.520/2002 e 8.666/1993 e no Decreto n. 10.024/2019.

- 1.6.2. São situações, dentre outras, que podem ensejar o descumprimento do contrato, para fins de aplicação de penalidades:

Quadro 1 – Eventos que poderão ensejar penalidades

Item	Evento	Referência	Tipo de Infração
1	Descumprimento do estabelecido no subitem 3.1.Id5 do Projeto Básico / Termo de Referência (tempo de atendimento inicial), no primeiro mês após o início da vigência do contrato.	Por ocorrência	Leve
2	Descumprimento do estabelecido no subitem 3.1.Id5 do Projeto Básico / Termo de Referência (tempo de atendimento inicial), após o primeiro mês de vigência contratual.	Por ocorrência	Regular
3	Ocorrência de evento ensejador de infração do tipo regular, por 2 meses consecutivos ou 3 meses não consecutivos, num período de 12 meses.	Por	Grave

Quadro 2 – Tipo de infração e penalidade associada

Tipo de Infração	Penalidade Associada
Leve	Advertência.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Regular	Multa de 5% por dia ou por ocorrência, conforme o caso, sobre o valor mensal do contrato.
Grave	Multa de 10% sobre o valor mensal do contrato.

Havendo reincidência nas situações ensejadoras de penalidade, a Contratada será penalizada com base na situação de natureza imediatamente superior, e em se tratando de reincidência de situação GRAVE, tal fato poderá implicar rescisão contratual.

1.7. Penalidades

1.7.1. Ficará impedido de licitar e contratar com a União e será descredenciado do SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no contrato e demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

- a) não assinar o contrato ou a ata de registro de preços;
- b) não entregar a documentação exigida no edital;
- c) apresentar documentação falsa;
- d) causar o atraso na execução do objeto;
- e) não mantiver a proposta;
- f) falhar na execução do contrato;
- g) fraudar a execução do contrato;
- h) comportar-se de modo inidôneo;
- i) declarar informações falsas;
- j) cometer fraude fiscal; e
- k) não entregar a amostra de produto ofertado.

1.7.2. Para os casos não previstos no subitem 1.7.1 poderão ser aplicadas à empresa vencedora, conforme previsto no artigo 87 da Lei n. 8.666/1993, nas hipóteses de inexecução total ou parcial deste Pregão, as seguintes penalidades:

- a) advertência;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- b) no caso de inexecução parcial sem rescisão contratual, multa de 10% sobre o valor mensal do contrato;
 - c) no caso de inexecução parcial com rescisão contratual, multa de 20% sobre o resultado da multiplicação do valor mensal pelo número de meses restantes para o encerramento da vigência do contrato, a contar do mês do inadimplemento;
 - d) no caso de inexecução total com rescisão contratual, multa de 20% sobre o valor total do contrato;
 - e) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 anos; e
 - f) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o licitante ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.
- 1.7.3. As sanções estabelecidas no subitem 1.7.1 e na alínea “f” do subitem 1.7.2 são de competência do presidente do TRE/SC;
- 1.7.4. Em conformidade com o artigo 86 da Lei n. 8.666/1993, o atraso injustificado no início da execução dos serviços ou na execução do objeto sujeitará o licitante vencedor, a juízo da Administração, à multa de 0,5% (meio por cento) ao dia, sobre o valor mensal contratado, a partir do dia imediato ao vencimento do prazo estipulado para a execução do(s) serviço(s).



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Anexo II – Acordo de Nível de Serviço - ANS

1. Após abertura de chamado técnico, o atendimento deverá iniciar em até 2 horas;
 - 1.1. Caso ocorra atraso no início do atendimento, a contratada deverá calcular o total de desconto a ser aplicado no valor mensal da fatura, de acordo com a pontuação a ser atribuída, conforme descrito no quadro abaixo:

Item	Indicador	Início do atendimento	Pontuação
INS-1	Prestação de suporte técnico	Abaixo de 2 horas	0
		Entre 2 e 3 horas	50
		Entre 3 e 4 horas	75
		Entre 4 e 5 horas	150
		Entre 5 e 6 horas	300
		Acima de 6 horas	500

- 1.2. A contratada deverá considerar a proporção de 3% de desconto sobre o valor total do pagamento mensal, a cada 50 pontos somados ($\text{pontuação_total_mês} \times 3\% / 50 \times \text{valor_mensal}$);
- 1.3. No caso da pontuação total aplicada em determinado mês superar 500 pontos, serão considerados somente 500 pontos para o cálculo do abatimento a ser aplicado, assim, o abatimento máximo a ser aplicado em um mês será de 30% do valor total do pagamento mensal, sem prejuízo das demais penalidades aplicáveis;